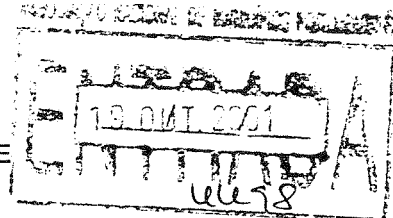




MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE
Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social



Exmº. Senhor
Presidente da Associação Nacional
dos Municípios Portugueses
Avª. Marnoco e Sousa, 52
3000 COIMBRA

Proc. 580-98/2459

-06050 01-10-18

**Assunto: Despacho Conjunto – Programa de Desenvolvimento Expansão
da Educação Pré-Escolar**

Em complemento do nosso ofício nº. 5456 de 27/09/01 que acompanhava o Despacho Conjunto assinado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Educação, cumpre-me esclarecer que os valores aí referidos constituem um esforço complementar no objectivo de aumentar significativamente o número e a qualidade dos serviços a prestar às famílias e às crianças através do prolongamento do horário de funcionamento dos respectivos estabelecimentos, facilitando, assim, o acesso de todas as crianças à educação pré-escolar.

Na prossecução do objectivo fundamental de permitir o acesso de todas as crianças aos estabelecimentos de educação pré-escolar, sem prejuízo da lotação prevista no artigo 10º do decreto-lei nº 147, de 11 de Junho, o valor máximo da compensação complementar terá como referência o número mínimo de 15 crianças por sala em prolongamento de horário.

Nestes termos e de harmonia com os pontos 2 e 3 do Despacho Conjunto SEAE/SESSS/2001, esse valor será calculado do seguinte modo:

- Compensação complementar = Custo elegível por sala – (comparticipação por prolongamento de horário por criança X número de crianças em prolongamento de horário).
- Compensação complementar máxima = 122 250\$00 – (5 360\$00x15) = 41 850\$00.

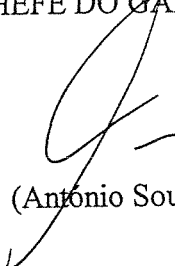
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**

Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social

Excepcionalmente, no presente ano lectivo, em casos devidamente justificados e aprovados pelo Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses, quando o número de crianças calculado nos termos do nº 3 do supracitado Despacho Conjunto for inferior a 15, a comparticipação complementar terá o valor máximo de 41 850\$00.

Com os melhores cumprimentos.

O CHEFE DO GABINETE



(António Souto)

Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade

DESPACHO CONJUNTO

A Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar – veio consagrar a educação pré-escolar como a primeira etapa da Educação Básica, reconhecendo a importância fundamental da generalização da sua frequência a todas as crianças entre os 3 e os 5 anos de idade.

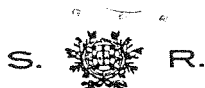
Visando a prossecução desse objectivo o Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, institui uma Rede Nacional de Educação Pré-Escolar em cujos estabelecimentos se valoriza quer a qualidade dos serviços educativos a prestar, quer a capacidade de apoiar a família, segundo as suas necessidades, prestando serviços de alimentação e de complemento de horário.

O apoio financeiro bem como compromissos assumidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade encontram-se consubstanciados no Protocolo assinado, no âmbito do programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em 28 de Julho de 1998.

Assim e tendo presente o nº 1.6 da Cláusula V deste Protocolo, determina-se:

1. Os apoios financeiros a que se referem os números 1.3, 1.4 e 1.5 da Cláusula V do Protocolo assinado em 28.07.98 entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, são, no ano 2001/2002, respectivamente:
 - de 10.850\$00 para a componente de apoio à família na dupla vertente de alimentação e complemento de horário;
 - de 5.360\$00 quando a componente de apoio à família se limite ao prolongamento de horário, englobando o material de apoio sócio-educativo;
 - de 5.490\$00, quando a componente de apoio à família se limite ao fornecimento de refeições.
2. As autarquias, nos termos do ponto 1 da cláusula VIII e sempre que, por insuficiência das comparticipações familiares recebidas, possa resultar a inviabilização financeira do prolongamento de horário, poderão receber uma compensação complementar.

O valor da compensação complementar mais o valor da comparticipação paga pelo prolongamento de horário por criança não pode ultrapassar o montante de custo elegível por sala de 122 250\$00.



Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade



3. O número de crianças em prolongamento de horário, nos termos do artº 10º. do Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, pode ser atingido juntando-se crianças de várias salas.

No presente ano escolar, o número de crianças poderá, excepcionalmente, ser inferior a 15.

Lisboa, 20 SET 2001

O Secretário de Estado da Administração Educativa

(Domingos Manuel Barros Fernandes)

O Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social

(José Manuel Simões de Almeida)